

**NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC**

ATA N.º 10/2018

Ata da CONFERÊNCIA DOS DELEGADOS, realizada no dia 06 de novembro de 2018, às 18:00 horas, no Espaço Cultural “Sirley Maria Neumann Johanson”.

- 1 No sexto dia de novembro de 2018, ocorreu o quarto encontro da Conferência
2 dos Delegados do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de
3 Campo Alegre, realizada no Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson,
4 às 18:00 horas.
- 5 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva, coordenadora do
6 processo de Revisão do Plano Diretor, fez a abertura do quarto dia de
7 conferência agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a
8 arquiteta e urbanista da Amunesc, Nathalia de Souza Zattar, que fez a leitura
9 da ata referente ao terceiro dia da conferência e colocou em aprovação. Após
10 esclarecimentos, a ata foi aprovada por todos os participantes.
- 11 Em seguida foi realizada a contagem dos delegados presentes, totalizando 29
12 votantes.
- 13 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva deu sequência à
14 apresentação das propostas que foram negativadas e que receberam
15 solicitações de esclarecimentos por meio de formulário. Iniciando com a leitura
16 das propostas número 04, 05 e 47, todas solicitam a retirada de uma mesma
17 área considerada como urbana na proposta do novo Plano Diretor, que possui
18 características rurais segundo o proponente, apesar de estarem situadas
19 próximas a área urbana já consolidada. A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens
20 Guimarães Silva esclarece que a proposta foi anteriormente negativada pela
21 equipe técnica pois a atividade rural poderá ser mantida mesmo estando em

22 perímetro urbano, ficando isenta de IPTU desde que comprovadas suas
23 atividades agrossilvipastoris, porém a área faz parte de vetor de expansão para
24 o município por possuir infraestrutura urbana próxima instalada.

25 O delegado Sérgio da Costa expõe que a família proprietária da área gostaria
26 de manter a propriedade como área rural, pois além de possuírem atividades
27 rurais, os familiares não poderiam nem mesmo dividir em lotes com a área
28 mínima proposta para o zoneamento urbano e que a família gostaria de manter
29 a paisagem rural para realizar passeios turísticos.

30 O delegado Luiz Eugênio Duvoisin expõe que na área há uma área de xaxim
31 que deveria ser preservada.

32 Sem mais manifestações, as propostas nº04,05 e 47 que propõem a retirada
33 da área do perímetro urbano proposto e manutenção em área rural, foram
34 colocadas em votação totalizando 23 votos favoráveis, 01 voto desfavorável e
35 5 abstenções.

36 Integrou-se ao grupo mais um delegado, totalizando 30 votos válidos.

37 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva expõe a proposta
38 nº122, que solicita a ampliação do perímetro urbano no distrito de Bateias de
39 Baixo, em uma faixa de 500 metros da rodovia RM-660 até a interseção com a
40 RM-610 com zoneamento Zona de Ocupação Planejada (ZOP), justificando
41 que a área possui adensamento de residências. A arquiteta e urbanista Matilde
42 Ihvens Guimarães Silva esclarece que a proposta foi anteriormente negada
43 pela equipe técnica, pois não foi identificado adensamento urbano e na
44 verdade possui muitas características rurais, além de não configurar vetor de
45 expansão do município.

46 O proponente e delegado Irineu Woitskovski Júnior esclarece que observando
47 o mapa da proposta, a área seria menor, sendo aproximadamente 250 metros
48 de cada lado da rodovia, totalizando 500m, abrangendo as residências já
49 existentes e próximas à área urbana atual, visando facilitar a regularização
50 fundiária.

51 O delegado Mário Luiz Franke coloca que realmente existem muitas
52 residências ao longo da rodovia.

53 O delegado Geraldo Bineck expõe que na sua opinião não deveria ser
54 ampliado o perímetro urbano nesta área, pois tem características rurais, com
55 presença de morros e várias áreas de preservação.

56 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que na área
57 urbana as áreas de preservação serão mantidas.

58 Por solicitação do proponente, foi corrigida a proposta a ser votada, ficando
59 para votação a ampliação do perímetro urbano de Bateias de Baixo em 250m
60 para cada lado do eixo da rodovia, ficando a critério da equipe técnica rever
61 esta distância, totalizando 09 votos desfavoráveis, 12 votos favoráveis e 09
62 abstenções.

63 Em seguida, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta
64 a proposta nº 36, que solicita a inclusão como perímetro urbano, de parte de
65 um terreno, com área de 30.000,00m² com frente para a rodovia RM-050 –
66 Inácio Pruchnesky, com justificativa do proponente que a área possui muitas
67 moradias. A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece
68 que a proposta foi anteriormente negatizada pela equipe técnica pois não está
69 situada nem próxima de outro perímetro urbano, estando totalmente em meio
70 rural.

71 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz solicita esclarecimentos sobre a
72 propriedade, questionando se há área urbana próxima a esta área e a arquiteta
73 e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que não há, e que caso
74 seja aprovada a proposta será criado um novo núcleo urbano.

75 Solicitados maiores esclarecimentos sobre a área a que se refere a proposta, o
76 delegado Mario Luiz Franke explica onde se localiza a região da solicitação,
77 demonstrando no mapa que a área faz frente para a rodovia e que hoje possui
78 ocupação.

79 A proposta nº36 foi colocada em votação, sobre a inclusão de área de 30.000
80 metros quadrados como núcleo urbano junto a rodovia RM 050 - Inácio
81 Pruchnesky, totalizando 09 favoráveis, 09 desfavoráveis, ficando empatada a
82 votação.

83 O delegado Adolar Bahr questiona que a proposta não foi clara quanto a

84 localização da área.

85 O delegado Mario Luiz Franke, expõe novamente a localização da área, que o
86 proponente é proprietário da área e possui um projeto específico a ser
87 desenvolvido.

88 O delegado Fabiano Cleber Munhoz expõe as diferenças entre área urbana e
89 área rural, que possuem características bem distintas, e destaca que o plano
90 diretor é planejado de forma a garantir os interesses coletivos e que não está
91 sendo levada em consideração a análise técnica, mas prevalecendo os
92 interesses próprios. Expões ainda que a equipe técnica é qualificada para
93 realizar as análises corretas e vem trabalhando há mais de 3 anos, ouvindo a
94 comunidade para chegar a este resultado e esse trabalho está sendo
95 desperdiçado. Ressalta ainda a importância de se refletir a respeito do que
96 está sendo proposto.

97 A senhora Carolina Gonçalves Mota sugere que a equipe técnica explique a
98 diferença entre área urbana e área rural.

99 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece as diferenças
100 entre área urbana e rural, que a atividade agrícola é de extrema importância
101 para o município, e mesmo com a garantia de que possam existir propriedades
102 com atividades rurais dentro do perímetro urbano, a área rural é planejada para
103 que estas se desenvolvam plenamente e sem conflitos. Ressalta que a área
104 urbana é destinada à ocupação, por isso possui lotes menores, mas o
105 espraiamento destas ocupações dificulta a implantação de equipamentos
106 públicos e infraestrutura e onera o custo de manutenção, dificultando o
107 desenvolvimento do município.

108 Após esclarecimentos, definiu-se que como a proposta nº36 obteve empate na
109 votação e, portanto, conforme o regimento desta conferência, prevalece a
110 decisão da equipe técnica que negativou a proposta.

111 Na sequência a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva
112 apresenta a proposta nº 42, que solicita a ampliação de perímetro urbano,
113 incluindo uma área de 580.000m² no zoneamento Zona de Ocupação
114 Sustentável (ZOS), sob justificativa do potencial turístico e possuírem

115 atividades de chácaras de recreio e eventos. A arquiteta expõe ainda que a
116 solicitação foi negatizada pela equipe técnica, pois a área urbana já foi
117 excessivamente ampliada, não havendo justificativa da demanda desta
118 ampliação.

119 O senhor Paulo Cesar Correa, proprietário da área, expõe que esta já é
120 confrontante de área urbana existente, possui energia elétrica, ônibus escolar,
121 abastecimento de água e acesso por via pública e que como forma de
122 compensação, se compromete a transferir a produção agrícola existente para
123 outra área dentro do município.

124 O delegado Luiz Eugênio Duvoisin lembra que, caso aprovado o zoneamento
125 Zona de Ocupação Sustentável (ZOS) permitiria o lote mínimo de 5.000m² para
126 novos loteamentos ou condomínios.

127 Após esclarecimentos a proposta nº42 foi colocada em votação, resultando em
128 26 votos favoráveis e 04 abstenções.

129 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
130 nº 114 que solicita a ampliação do núcleo urbano do Rio Represo – Autódromo
131 da área de 141.813,70m² com zoneamento Zona de Ocupação Sustentável
132 (ZOS) com objetivo de implantação de condomínio de chácaras de lazer. A
133 arquiteta ainda esclarece que a proposta foi negatizada pela equipe técnica,
134 pois mesmo sendo parcialmente urbano na legislação atual, é uma área
135 urbana existente e que não pode ser revertida para rural, no entanto não deve
136 ser estimulado seu crescimento pois não existem equipamentos públicos e
137 infraestrutura próxima, o que irá sobrecarregar o orçamento municipal.

138 O proprietário da área, Rafael Celeski esclarece que o terreno é vizinho do
139 Hotel Paraíso da Serra e que gostaria de implantar um condomínio de
140 chácaras no local, sendo incentivadas atividades sustentáveis dentro do
141 condomínio que contribuirão para a manutenção das famílias que vivem da
142 agricultura orgânica na vizinhança.

143 Após esclarecimentos foi colocada a proposta nº114 em votação ficando, 24
144 votos favoráveis, 01 voto desfavorável e 05 abstenções.

145 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta

146 nº123 que solicita a criação de um novo zoneamento, substituindo a Zona de
147 Interesse Turístico pela Zona de Uso Rural Predominante, justificando
148 flexibilizar as ampliações de perímetro urbano com a finalidade de permitir
149 empreendimentos como condomínios fechados nas regiões rurais e regularizar
150 empreendimentos existentes. A arquiteta expõe o parecer da análise técnica,
151 que negativou a proposta, com justificativas contrárias à proposta e relato das
152 consequências sobre a aprovação desta proposta, que vai contra alguns
153 objetivos e estratégias da minuta do Plano Diretor e a algumas diretrizes do
154 Estatuto da Cidades e ainda destaca a importância do equilíbrio que garanta a
155 função social da cidade e a impessoalidade no planejamento urbano.

156 A delegada Marília Scheffer esclarece sua proposta, explanando que os
157 proprietários que estão dentro desta Macrozona Rural poderão solicitar a
158 transformação de suas propriedades rurais para que sejam núcleos urbanos,
159 desde que passem por aprovação da prefeitura, do Conselho da Cidade e
160 demais ritos até chegar a Câmara de Vereadores e com critérios técnicos. A
161 delegada ainda sugere que a equipe técnica crie parâmetros para o lote
162 mínimo, sendo entre 5.000m² a 10.000m², pois a intenção não é que ocorra o
163 adensamento da área. Esclareceu que esta proposta visa minimizar a
164 conversão de área rural para área urbana em outras áreas no município, assim
165 como a irregularidade, limitando somente dentro desta Macrozona, para que se
166 configure como uma área de transição.

167 A arquiteta e urbanista Nathalia de Souza Zattar expõe que após a explanação
168 de Marília entende-se que a proposta não solicita um novo zoneamento, mas
169 sim, um dispositivo na lei para que dentro desta área possa ser solicitada a
170 transformação da propriedade em área urbana.

171 A delegada Monika Merkle faz questionamento sobre a proposta e expõe sua
172 preocupação sobre as ocupações irregulares nas áreas rurais, pois pensa que
173 no futuro poderão ser criados loteamentos irregulares e que serão
174 regularizados como núcleos urbanos onde não se tinha planejado e a falta
175 fiscalização somente piora.

176 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que o

177 dispositivo da proposta não tem finalidade de regularização, que a fiscalização
178 deve ser efetiva na área urbana e rural para que não ocorra a irregularidade.

179 A delegada Fabiola Scheffer expõe que esse dispositivo poderá auxiliar
180 também na regularização das ocupações dentro desta área.

181 O delegado Luiz Eugênio Duvoisin reforça que esta área não será
182 automaticamente urbana e sim possuir parâmetros e possibilidades para
183 solicitar com critérios específicos a transformação em urbana.

184 Após esclarecimentos a proposta nº123 foi colocada para deliberação, para
185 criação do dispositivo de solicitação para núcleo urbano dentro da Macrozona
186 Rural determinada Zona de Uso Rural Predominante, com critérios específicos
187 a serem realizados pelo órgão responsável, ficando: 10 votos desfavoráveis,
188 14 votos favoráveis e 06 abstenções.

189 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
190 nº124 que solicita a permissão de ampliação do perímetro urbano para a
191 implantação de empreendimentos especiais de uso turístico de grande porte
192 (SPAs, Parques, Hotéis, etc), exceto condomínios, aplicado a qualquer área
193 rural do município.

194 A delegada Marília Scheffer esclarece que a proposta, assim como a nº123,
195 também trata-se da criação de um dispositivo na lei para que o município
196 possa receber empreendimentos especiais de uso turístico de grande porte
197 como SPAs, Hotéis e Parques Temáticos, e que cabe a equipe técnica e o
198 Prefeito criar critérios para a avaliação destes empreendimentos.

199 Sem necessidade de esclarecimentos, foi colocada a proposta nº124 em
200 votação, que permite a ampliação do perímetro urbano para a implantação de
201 empreendimentos especiais de uso turístico de grande porte, exceto
202 condomínios, na área rural do município, ficando 28 votos favoráveis e 02
203 votos desfavoráveis.

204 Na sequência foi realizado um intervalo de 5 minutos e após o intervalo foi
205 realizada nova contagem dos delegados, tendo 27 votos validos.

206 Continuando os trabalhos, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães
207 Silva apresenta a proposta nº121 que solicita que os imóveis atingidos

208 parcialmente pelo zoneamento Zona de Ocupação Sustentável (ZOS) possam
209 ser adequados ao perímetro urbano incluindo a área urbana suficiente para
210 que as parcelas urbanas e rurais sejam coerentes com o lote mínimo.

211 O senhor Sebastião Vandelino Kons, vice-prefeito, questiona como
212 funcionariam as áreas remanescentes de matriculas onde parte encontra-se
213 dentro de perímetro urbano e parte na área rural.

214 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que se esse
215 dispositivo for aprovado a área urbana seria ampliada considerando atingir o
216 lote mínimo urbano e rural, porém expõe que este dispositivo deverá ocorrer
217 em períodos determinados, pois demanda de um trabalho técnico complexo
218 que implica em atualização de mapas e descrição de perímetro urbano a cada
219 mudança, além da tramitação para a Câmara de Vereadores não ocorrer
220 constantemente.

221 Sendo colocada em votação a proposta nº121 de adequação do perímetro
222 urbano em terrenos parcialmente atingidos, nos mesmos critérios utilizados na
223 revisão do Plano Diretor, em períodos pré-estabelecidos pela prefeitura,
224 ficando 26 votos favoráveis e 01 abstenção.

225 Na sequência a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva expõe
226 que houve uma reunião dos técnicos e administração da Prefeitura de Campo
227 Alegre com a Secretária Executiva do Consórcio Quiriri, senhora Leoni Fuerst a
228 respeito das APAS do município, quem afirmou que o consórcio está
229 realizando estudos técnicos com diversas finalidades e, portanto, a Bacia do
230 Rio Turvo estaria incluída nos mapeamentos necessários, portanto na
231 implantação do novo programa de gestão das APAS dos municípios que
232 participam do Consórcio Quiriri ficou acordado que a APA do Rio Turvo será
233 prioridade.

234 O senhor Sebastião Vandelino Kons, vice-prefeito, esclarece que os técnicos
235 do Consorcio Quiriri farão estudos na Bacia do Rio turvo e Rio Vermelho e
236 farão levantamentos específicos na área, e destacou que o poder executivo
237 quer o melhor para todos, sejam munícipes ou empreendedores.

238 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta as propostas

239 referentes a alteração de atividades na Zona Proteção do Manancial, já que
240 ficou definido que este zoneamento será readequado e será reestudado,
241 portanto necessita de avaliação das atividades propostas durante Consulta
242 Pública.

243 Iniciando pela proposta nº71 que solicita a inclusão do uso residencial
244 unifamiliar de baixíssimo impacto na Zona de Preservação do Manancial
245 (ZPM). Ressalva que as ocupações e atividades existentes dentro da área
246 terão seu direito adquirido.

247 A senhora Carolina Gonçalves Mota expõe que se a Zona de Proteção do
248 Manancial não puder ser ocupada com uso residencial de baixíssimo impacto
249 poderá fomentar as ocupações indevidas. Ressalta dúvidas sobre o que é o
250 direito adquirido e a partir de quando é avaliado, questionando sobre a
251 situação dos proprietários que já realizaram e investiram em estudos e
252 projetos.

253 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que para os
254 proprietários que possuírem alvarás de construção ou de atividades dentro da
255 validade, sendo permitido sua renovação, ficará garantido o direito de
256 ocupação conforme projeto aprovado.

257 O senhor Carlos R. Hantschel expôs que o desmembramento mínimo na área
258 é 30.000m², e que a ocupação não geraria impacto no zoneamento, ao
259 contrário seria importante ter residentes que preservem as propriedades,
260 ressaltando que seria importante criar exigências quanto ao tratamento de
261 efluentes.

262 Após os esclarecimentos foi realizada a votação da proposta nº71, ficando 23
263 votos favoráveis, 03 votos desfavoráveis e 01 abstenção.

264 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
265 nº 72, que solicita a inclusão dos usos T2 que corresponde a pousadas de
266 pequeno porte, bares e restaurantes, T3(b) que inclui comércio de produtos
267 orgânicos e artesanato e T4 que corresponde a transporte turístico na Zona de
268 Proteção do Manancial (Zona de Preservação do Manancial (ZPM)).

269 Após esclarecimentos sobre as atividades envolvidas, a senhora Carolina

270 Gonçalves Mota solicita que o item T4, referente a transporte turístico, seja
271 retirado da proposta, pois a ideia é proporcionar a preservação através de
272 atividades de baixíssimo impacto e turístico e a atividade com frotas de
273 veículos não seria compatível.

274 A delegada Marília Scheffer ressalta a preocupação com a ocupação em áreas
275 já abertas de campo, como descrito na proposta, pois isso poderia incentivar
276 ocupações muito próximas das áreas de APP e sugere a ampliação da faixa de
277 proteção da RM 040 e do manancial em 50 ou 100 metros.

278 A senhora Carolina Gonçalves Mota coloca que qualquer edificação será
279 aprovada pela Prefeitura, portanto esta faixa de proteção será exigida pelo
280 órgão competente.

281 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva sugere suprimir do
282 texto da proposta “em áreas já abertas”, pois relata que o importante é pensar
283 o uso e não delimitação de metragens, considerando que haverá um estudo
284 técnico para determinar esses parâmetros e a alteração é acatada pela
285 proponente.

286 A arquiteta e urbanista Nathália de Souza Zattar esclarece que não seria viável
287 definir uma faixa de proteção de forma aleatória, portanto os delegados devem
288 se preocupar somente se acham compatíveis ou não as atividades previstas na
289 proposta para o zoneamento.

290 O senhor Carlos R. Hantschel destaca que para o uso turístico deverá existir
291 uma estrutura mínima de apoio, importante para atrair os turistas.

292 O delegado Francisco Kuhnen Neto expõe sua preocupação, destacando que
293 seria importante ter o estudo técnico primeiro para depois votar essas
294 permissões dos usos, pois hoje com apenas a faixa de preservação da APP
295 ele consideraria desfavorável e talvez com uma faixa maior ele seria favorável.

296 O senhor Carlos R. Hantschel coloca que acha interessante dobrar a medida
297 exigida pela legislação federal como área de preservação permanente.

298 O delegado Irineu Woitskovski Júnior expõe que ao permitir muitos usos dentro
299 da Zona de Preservação do Manancial (ZPM), não haveria razão da existência
300 do zoneamento específico, pois não estaríamos mais protegendo o manancial.

301 A delegada Fabiola Scheffer destaca que acha importante ter uma medida de
302 afastamento de proteção do manancial para ter segurança para realizar a
303 votação.

304 O engenheiro Bruno Seefeld destaca que neste momento é importante
305 definição dos usos permitidos na Zona de Preservação do Manancial (ZPM) e
306 não os afastamentos de áreas de preservação permanente e rodovias,
307 considerando que haverá um estudo técnico para garantir um uso sustentável.

308 A senhora Carolina Gonçalves Mota coloca que a proposta pode definir uma
309 área de proteção como originalmente foi de 100 metros, mas poderia ser de
310 acordo com critério da equipe técnica.

311 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva expõe que as medidas
312 deverão vir do estudo que será realizado, sugerindo a votação apenas dos
313 usos permitidos, já que o zoneamento está em estudo e deve-se levar em
314 consideração a opinião dos delegados presentes como foi feito com as demais
315 propostas.

316 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz solicita que o nome dos delegados que
317 irão votar nesta proposta seja registrado em ata.

318 Após esclarecimentos foi colocada a proposta nº 72 em votação a qual sugere
319 a inclusão dos usos T2 e T3(b) na Zona de Preservação do Manancial (ZPM),
320 resultando em:

321 13 votos favoráveis (Jonas Thiago Bahr, Ruben Eliezer Bahr, Adolar Bahr, Luiz
322 Eugênio Duvoisin, Luiz Tadeu Valério Munhoz, Regina Maria Cardoso de Meira
323 Oliveira, Marília Scheffer, Cleverson Luiz Fernando Wotroba, Nilson Fuckner,
324 Alaercio Luis Cordeiro, Célio Cristofolui, Mario Luiz Franke e Rodrigo M.
325 Correa)

326 06 votos desfavoráveis (Fabiano Cleber Munhoz, Monika Merkle, Áureo
327 Merkle, Ivo Kesting, Irineu Woitskovski Júnior e Lucilaine Mókfa Schwarz)

328 08 abstenções (Francisco Kuhnen Neto, Gilson Omar Brunnquell, Marcia
329 Regina Schadeck Friedrich, Sandro Luiz Friedrich, Viviane Linzmeyer Fuckner,
330 Geraldo Bineck, Joilson Fuckner e Fabiola Scheffer Brunnquell)

331 A senhora Carolina Gonçalves Mota questiona sobre o registro dos nomes em

332 ata.

333 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que somente
334 será registrado quando solicitado, nas demais situações existem registros em
335 vídeo.

336 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta as propostas
337 nº 111 e 117, ambas solicitando a alteração do zoneamento Zona de
338 Preservação do Manancial (ZPM) para que as atividades de mineração sejam
339 permitidas, relatando toda a proposta do proponente, que justifica que as
340 atividades de mineração na área deste zoneamento são para extração de
341 caulim e argila, materiais que não impactam diretamente sobre a água e que
342 existem diversas autorizações de lavras e de pesquisa que serão perdidas com
343 a restrição da atividade, gerando impacto socioeconômico e ainda gerando
344 questões judiciais para o município que poderão ter que arcar com
345 indenizações. Destaca ainda que a proposta original da equipe técnica foi
346 alinhada com as diretrizes do Plano e com a preocupação da administração
347 pública com a preservação da área que abrange a bacia do Rio Turvo e que
348 abastece a maior parte da população de Campo Alegre.

349 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva, considerando pontos
350 da proposta e da análise técnica, esclarece quanto ao direito adquirido, que
351 será válido para que todas as atividades existentes possam continuar seus
352 trabalhos sem prejuízo mesmo com a alteração das permissões do novo Plano
353 Diretor, no caso deste zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM),
354 na proposta original, as atividades de mineração seriam proibidas, portanto
355 seriam mantidas aquelas com autorização de lavra, porém não poderiam ser
356 ampliadas.

357 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva abre espaço para
358 debate e esclarecimentos sobre a proposta.

359 O delegado Fabiano Cleber Munhoz coloca que, no seu entendimento, caso
360 esta proposta seja aprovada o zoneamento Zona de Preservação do Manancial
361 (ZPM) deixaria de ter razão.

362 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que o

363 zoneamento da Zona de Preservação do Manancial (ZPM) será mantido e
364 redesenhado conforme já definido nesta conferência até que a realização do
365 Plano de Manejo da APA do Alto Rio Turvo.

366 O delegado Fabiano Cleber Munhoz questiona se essa nova revisão das
367 atividades do zoneamento será feita somente na próxima revisão do Plano
368 Diretor.

369 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que não, a
370 revisão de atividades deve ser compatibilizada com o Plano de Manejo da
371 APA, que deve ser realizado antes do prazo de revisão do Plano Diretor.

372 O delegado Rodrigo M. Correa questiona se a proposta seria manter as
373 atividades somente com o direito adquirido.

374 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que a
375 proposta, caso aprovada, incluirá a atividade de forma plena até que o Plano
376 de Manejo seja realizado, pois mesmo que não seja aprovada o direito
377 adquirido será garantido e estas poderão ser mantidas.

378 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues coloca que deve ser definida a
379 abrangência do direito adquirido, pois a autorização de pesquisa pode ser
380 considerada o início do processo de exploração da área, pois sem esta fase a
381 lavra não pode ser aberta e exige muitos investimentos e tempo de estudos
382 técnicos.

383 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva propõe que os
384 delegados votem a proposta para que se forme uma opinião a respeito da
385 permissão da atividade neste zoneamento.

386 O senhor Danilo esclarece que a proposta nº117 trata-se do mesmo teor da
387 proposta nº111, porém especialmente sobre as autorizações de pesquisa que
388 são necessárias para ampliação das lavras.

389 A senhora Cintia questiona se para renovação do licenciamento ambiental
390 também serão permitidas as atividades de mineração com direito adquirido.

391 O senhor Olívio Linzmeyer esclarece que a atividade minerária é licenciada em
392 toda a poligonal requerida, então não será necessária uma renovação da
393 licença ambiental, o que ocorre é que existe uma área máxima definida para

394 esta poligonal a ser explorada, portanto quando é necessário ampliar a lavra, a
395 empresa terá que requerer novamente a autorização e licenciar nova poligonal,
396 o que não será permitido.

397 O senhor Carlos R. Hantschel sugere que para simplificar a discussão, relata
398 que o caulim e argila não são poluentes e prejudiciais à saúde, sugerindo
399 manter na Zona de Preservação do Manancial (ZPM) as atividades específicas
400 de mineração de caulim e argila, proibindo outros tipos de mineração.

401 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva relata que a equipe
402 técnica pensou em determinar que as empresas instaladas na Zona de
403 Preservação do Manancial (ZPM) apresentassem algum tipo de certificação
404 que garanta o cumprimento das normas e legislação federal, como exemplo a
405 certificação ISO.

406 O senhor Olívio Linzmeyer relata que o órgão responsável pelo licenciamento
407 ambiental exige uma renovação anual, em que são realizadas vistorias e
408 relatórios de acompanhamento, com uma fiscalização exigente, podendo
409 perder a licença se o empreendimento não estiver cumprindo as normas e
410 legislação exigida.

411 Os proponentes colocam que gostariam de alterar a proposta a ser votada,
412 solicitando a permissão da exploração somente para caulim e argila no
413 zoneamento.

414 O delegado Ivo Kesting questiona quantas lavras existem nesta área.

415 Os proponentes esclarecem que existem 4 concessões na área, sendo 2
416 lavras, 1 em atividade e 1 paralisada.

417 O delegado Sandro Luiz Friedrich questiona se existem lavras encerradas e
418 recuperadas na área.

419 O senhor Danilo Rodrigues Magalhães explica que existe duas totalmente
420 recuperadas.

421 A delegada Marília Scheffer questiona quantas lavras existem em processo de
422 análise e se existe uma área máxima para exploração.

423

424 O senhor Danilo Rodrigues Magalhães esclarece que existem 04 concessões,

425 06 requerimentos de lavra e 08 requerimentos de pesquisa e também que a
426 área máxima da lavra é determinada pelo DNPM, mas o tamanho da área não
427 tem necessariamente relação com a quantidade de material extraído.

428 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva questiona os
429 proponentes se alguma das empresas possuem certificação
430 ISO.

431 Os proponentes declaram que não possuem.

432 A delegada Marília Scheffer destaca que estas propostas são de extrema
433 relevância, mas que não considera ter conhecimento técnico suficiente para
434 votar a questão.

435 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues coloca que o direito de abstenção está
436 previsto para quem não se sente apto a votar.

437 O delegado Fabiano Cleber Munhoz coloca que foi debatido e esclarecido
438 somente o ponto de vista das mineradoras, que sente falta do ponto de vista de
439 algum especialista em meio ambiente ou biologia para contrapor e poder tirar
440 uma conclusão sobre o assunto.

441 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que a
442 Conferência não tem como objetivo a deliberação de proposta do ponto de
443 vista técnico, e sim ter a opinião dos setores e da população sobre as
444 propostas de alteração da minuta de lei, já que os delegados são
445 representantes populares.

446 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz concorda com a delegada Marília
447 Scheffer e expõe que não há conhecimento técnico e jurídico por parte dos
448 delegados para votar a respeito deste assunto, que pode causar prejuízos à
449 população ou aos empresários.

450 O senhor Sebastião, vice-prefeito, expõe que todos devem pensar em conjunto
451 e não gerar uma discussão polêmica sobre o assunto.

452 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece novamente
453 que a participação popular no Plano Diretor não tem como competência a
454 redação da minuta de lei, já que a redatora da proposta é a Prefeitura
455 Municipal, portanto, a participação de vários setores e representantes da

456 sociedade visa garantir o espaço de manifestação sobre os temas abordados
457 para que a Prefeitura possa melhor embasar suas propostas ao redigir a
458 proposta de legislação. Destaca que a decisão final não é dos delegados, mas
459 sim do Prefeito com suporte da equipe técnica e administração municipal.

460 O delegado Áureo Merkle destaca que se tratando de uma área de
461 preservação do meio ambiente, as empresas instaladas devem provar que não
462 poluem a água que a população de Campo Alegre consome e essa análise tem
463 que ser técnica.

464 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece o que deverá
465 ser votado: a permissão das atividades minerárias de caulim e argila na Zona
466 de Preservação do Manancial (ZPM) até que seja realizado o Plano de Manejo
467 da APA, além daquelas que já possuem direito adquirido, ou seja, a atividade
468 plena de mineração.

469 Por fim o delegado Rodrigo Correa destaca que a atividade minerária é uma
470 das únicas atividades que é obrigada a definir a compensação e recuperação
471 da área antes mesmo de iniciar a atividade.

472 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues solicita que conste em ata os nomes
473 dos votantes.

474 Com a saída de um dos delegados, o número total é de 26 delegados
475 presentes.

476 Após todos os esclarecimentos as propostas foram colocadas em votação,
477 resultando em:

478 12 favoráveis (Jonas Thiago Bahr, Ruben Eliezer Bahr, Adolar Bahr, Ivo
479 Kesting, Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira, Cleverson Luiz Fernando
480 Wotroba, Viviane Linzmeyer Fuckner, Célio Cristofolui, Alaercio Luis Cordeiro,
481 Sandro Luiz Friedrich, Luiz Eugênio Duvoisin, Rodrigo M. Correa)

482 5 desfavoráveis (Fabiano Cleber Munhoz, Monika Merkle, Áureo Merkle, Irineu
483 Woitskovcki Júnior, Lucilaine Mókfa Schwarz)

484 9 abstenções (Francisco Kuhnen Neto, Luiz Tadeu Valério Munhoz, Gilson
485 Omar Brunnquell, Fabiola Scheffer Brunnquell, Marilia Scheffer, Mario Luiz
486 Franke, Nilson Fuckner, Geraldo Bineck, Joilson Fuckner)

487 Após o termino da votação das propostas foi aberto espaço para
488 manifestações gerais.

489 O senhor Vladimir, da localidade de Bateias de Cima, relata que fala em nome
490 da coletividade e não de interesse específico e solicita a permanência de
491 Bateias de Cima na área rural.

492 Relata que inicialmente o município considerou na revisão do plano diretor e
493 que Bateias de Cima permanecesse área rural e que após consulta pública
494 houve uma solicitação de alteração para perímetro urbano, desconhecendo a
495 autoria. Destaca que a delegada Viviane Linzmeyer Fuckner possui um
496 documento com o relato dos moradores da região solicitando para que a área
497 permaneça na zona rural, portanto os moradores da localidade não solicitaram
498 esta alteração.

499 Destaca ainda que Bateias de Cima tem características rurais como: tradição
500 de transferência de terrenos entre familiares (o que evita o êxodo rural e
501 estimula a manutenção da agricultura), renda da comunidade ser proveniente
502 de agricultura e criação de animais (ovelhas, peixes, vacas). Relata que todos
503 possuem fogão a lenha e que por estar distante da cidade tudo se torna mais
504 caro. Ainda complementa que não possuem serviço de correios e nem
505 endereços para entrega de compras pela internet. Destaca que o tratamento
506 de água é particular, que não possuem internet e rede de sinal móvel e que
507 não possuem transporte público, sendo atendidos em serviços básicos como
508 escola e posto de saúde, mas que são necessários para toda a comunidade
509 que vive no interior e não somente de Bateias de Cima e isso não torna a
510 comunidade urbana.

511 E por fim destaca que não possuem características urbanas, manifestando o
512 desejo de manter Bateias de Cima como está no plano direto atual, devendo
513 ser revogada a proposta de alteração para perímetro urbano.

514 A delegada Viviane Linzmeyer Fuckner complementa que a proposta foi
515 realizada sem consultar os delegados representantes da localidade e ainda
516 que durante as reuniões comunitárias nunca foi demonstrado este interesse,
517 portanto não representa o desejo dos moradores da região.

518 Foi entregue documento com abaixo-assinado dos moradores da localidade de
519 Bateias de Cima para que a área permaneça rural.

520 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece a decisão da
521 equipe técnica em acatar as propostas de inclusão de Bateias de Cima como
522 distrito, que foi embasada na análise dos requisitos que a localidade possui,
523 como pavimentação, coleta de lixo, posto de saúde e escola, portanto,
524 considerando que houveram mais de uma proposta para que a área fosse
525 convertida como urbana, conclui-se que esta seria uma opção viável para que
526 com a contribuição de impostos houvessem melhorias e manutenção dos
527 serviços ofertados e a ocupação das famílias residentes pudesse ser
528 regularizada no futuro com lotes menores, mas a opinião dos moradores sendo
529 contrária a esta proposta será levada em consideração.

530 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva comunica a alteração
531 da data da audiência pública de encerramento do processo de revisão do
532 Plano Diretor, que será realizada no dia 28 de novembro, com credenciamento
533 às 18:30 horas e início as 19:00 horas no Espaço Cultural Sirley Maria
534 Neumann Johanson, convidando todos a participarem.

535 Após a leitura e aprovação da ata, foi finalizada a Conferencia de Delegados.

536 Nada mais havendo a ser tratado eu Tábata Yumi Fujioka lavrei a presente ata
537 a qual foi assinada por mim e pela coordenadora do processo de revisão do
538 Plano Diretor Participativo, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães
539 Silva, a qual segue com lista de presença em anexa.